



**REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
FREIXO DE ESPADA À CINTA
REALIZADA NO DIA QUINZE
DE NOVEMBRO DO ANO DE
DOIS MIL E DEZASSEIS.**

----- No dia quinze de novembro do ano dois mil e dezasseis, nesta Vila de Freixo de Espada à Cinta, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Maria do Ceu Quintas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal com a presença dos seguintes senhores Vereadores: Prof. Artur Afonso Nunes Neto Parra, senhor Fernando António da Silva Rodrigues, senhor José Manuel Caldeira Santos e Dr. Pedro Miguel de Sá Mora. -----

----- Secretariou: Victor Manuel Glórias Rentes, Assistente Técnico do Município. -----

----- E sendo nove horas e trinta minutos, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, passando-se de imediato à discussão dos seguintes assuntos: -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

----- No período de antes da ordem do dia solicitou a palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara, Artur Parra que referiu: “Depois de ver a ata que me chegou, li com mais atenção a intervenção do senhor Vereador José Manuel Caldeira Santos sobre o assunto de autorização para alargamento da área de recrutamento de assistentes operacionais, que se traduziam em quatro postos de trabalho que iriam ser postos a concurso. -----

----- O senhor Vereador José Santos creio que não foi muito correto quando afirmou e estou-me a referir aos funcionários Filipe Portela e Paula



Caldeira Pires e deu a entender que enquanto Presidente de Câmara, o facto de eles continuarem ao serviço da escola se deveu à sua intervenção. -----

----- Ora, eu quero recordar aqui e depois também não fiz intervenção na altura e agora faço-a porque tenho dados concretos. Tanto o Filipe Portela como a Paula Pires entraram em março de dois mil e cinco. Houve um concurso aberto pela escola e eu próprio fiz parte do júri como presidente. Houve várias pessoas a concorrer e ficaram estes dois principalmente porque reuniam mais condições, pelas habilitações literárias, pela experiência profissional que a Paula já tinha enquanto cozinheira do CASC e, portanto, fez-se um contrato por seis meses. Nos anos imediatos o contrato foi renovado por um ano, em dois mil e seis e dois mil e sete. Entretanto em dois mil e oito a Câmara fez um acordo com o Ministério da Educação celebrado entre a Ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, que não deixou grandes saudades no seio dos professores, digase de passagem e o senhor José Manuel Caldeira Santos e então o pessoal não docente passou para a Câmara. -----

----- Nessa altura a situação destes dois funcionários era a seguinte, ou entravam para o quadro e, portanto, não podiam continuar em contrato de termo certo ou eram despedidos daí que o senhor José Manuel Caldeira Santos, na altura Presidente da Câmara renovou o contrato de maneira a que eles entrassem para os quadros da escola, ou neste caso da Câmara uma vez que já aqui pertenciam. -----

----- Quero dizer-lhe o seguinte, se por acaso o pessoal não docente não estivesse na altura já fazendo parte da Câmara, a escola renovava-lhe o contrato na mesma e encaixava-os também no quadro. Deste modo aqui não houve da parte do senhor Presidente na altura grandes benesses porque deu continuidade, aliás quero-lhe dizer que são dois excelentes funcionários com os quais a escola ganhou tanto com um como com o outro. São dois excelentes profissionais. -----

----- Depois, quero chamar a atenção pelo seguinte, e isto vem de acordo com algumas passagens que aproveito a ocasião para recordar. -----

----- O senhor Vereador José Santos confunde aqui na sua intervenção o Executivo e diz assim a certa altura, «... relativamente a essa questão das vontades do Executivo que lidera a escola ou da Direção, só tenho a dizer que o ensino em Freixo não pode ser prejudicado por vontades». Quero recordar-lhe o seguinte: nunca o Executivo da escola, do qual eu também fazia parte se manifestou contra a vinda do pessoal não docente para a Câmara. Quem se manifestou e com alguma justiça foram os próprios funcionários. Os funcionários nunca gostaram, assim como não gostam



atualmente de pertencer ao quadro da Câmara, portanto, nunca o Executivo da escola se pronunciou e não tinha nada que o fazer. Foi um assunto que passou completamente à parte do Executivo da escola. -----

----- Quando o senhor se refere à vontade do Executivo da escola, este órgão nunca meteu política seja em que assunto fosse. Quero dizer-lhe que a isenção daquele Executivo manteve-se e há-de manter-se, de certeza absoluta, até que esteja no exercício das suas funções. -----

----- Em relação a politiquices de escola, já agora quero relembrar o seguinte. Nunca mais me esquecerei, porque fazia parte da lista, em que o senhor Presidente da Câmara na altura, o senhor Vereador José Santos chegou até ao desprante, digamos, de arranjar uma lista, através de um primo seu e digo-o abertamente, que era o professor Gil. Queria que ele encabeçasse uma lista para oposição à nossa. Felizmente devo-lhe dizer que o caderno eleitoral daquela escola é formado pelos professores e pelos funcionários, que votam na isenção, na competência e daí que nós nunca tivemos problemas nem nunca ficámos preocupados com a oposição que poderia eventualmente surgir. -----

----- Quero lembrar-lhe também o seguinte, e fala aqui depois na página nove nos jardim-de-infância que conseguiu manter abertos, eu quero recordar ao senhor Vereador José Santos o seguinte. Os jardins de Poiares e Lagoaça que foram os últimos a encerrar, na altura tinham um aluno e dois, portanto, os próprios Pais desses miúdos exprimiram a sua vontade no sentido de encerrar os jardins porque os filhos estavam isolados. Queira concordar comigo o seguinte: uma escola com um aluno ou dois de facto, eu não digo uma prisão mas caminha para lá porque o contacto entre a professora e um aluno só, o menino não socializava, não tinha com quem brincar etc. Daí que finalmente encerraram esses jardim-de-infância e depois também quero lembrar-lhe o seguinte: o senhor Vereador José Santos não os encerrou na altura porque esses alunos seriam recolocados no nosso jardim-de-infância de Freixo e quero-lhe recordar que o senhor Vereador José Santos, na altura Presidente deste Município fez algumas nuances para encerrar o jardim-de-infância público a favor do ATL da Misericórdia. Neste sentido também é bom recordar as suas intenções na altura. Punha sempre à frente o privado até porque, nesse momento acumulava as funções de Provedor da Santa Casa da Misericórdia. -----

----- Quando nós viemos para a Câmara, fez agora três anos, o jardim-de-infância de Freixo de Espada à Cinta não tinha um baloiço, não tinha um brinquedo, estava completamente deserto. Os meninos não tinham onde brincar e, ao lado estava o ATL da Misericórdia todo apetrechado e bem



equipado. É evidente que os Pais têm a obrigação de oferecer o melhor aos seus filhos e, olhando para um e para o outro, lado a lado, claro que à prior escolheriam o ATL da Misericórdia. -----

----- Eu creio que o Município de Freixo na altura encabeçado pelo senhor Vereador José Santos deveria ter olhado para o jardim-de-infância com outros olhos, apetrechá-lo de igual modo conforme estava o ATL da Misericórdia. -----

----- Depois, para terminar, gostaria de dizer ao senhor Vereador José Santos o seguinte: Este Executivo do qual também eu faço parte e, sempre com a concordância da senhora Presidente e do senhor Vereador Fernando Rodrigues, olhámos sempre para a escola de maneira diferente daquela que o anterior Executivo olhou. -----

----- Pusemos na educação uma das nossas prioridades, estamos a cumpri-la e, portanto, não somos nós, eu agora não me estou aqui a gabar do nosso trabalho, quem poderá falar são os professores e são os funcionários. -----

----- A propósito dos funcionários ainda, disse aqui na sua intervenção que nós já tentámos por duas vezes denunciar o contrato. É verdade, entretanto, o senhor Delegado da DGEST não aceitou a nossa solicitação. Não quer dizer que não se volte a pedir, porque de facto iríamos de encontro a uma vontade que continua e permanece nos funcionários do agrupamento de escolas, vontade essa que nós de certeza absoluta não podemos passar ao lado dela que é de regressar outra vez ao Ministério da Educação e não ao Município do qual nós todos pertencemos. -----

----- Creio que o senhor Vereador José Santos se ler com atenção a sua intervenção dar-me-á razão não digo na totalidade mas na maior parte desta intervenção que eu fiz agora e gostaria que de certa forma retificasse, Então esta parte do Executivo sobressai porque, repito, nunca o Executivo da escola se introduziu neste assunto, nem nunca se pronunciou. É uma vontade expressa dos funcionários da escola.” -----

----- Solicitou de seguida a palavra o Vereador senhor José Santos que referiu: “Relativamente a esta intervenção do senhor Vereador Artur Parra, claro que extemporânea porque é assim, o senhor Vereador Artur Parra esteve a preparar-se para fazer esta intervenção, não tinha informação, andou muitos anos na escola, já está aqui há três anos vai para quatro, tem andado nestas lides da política e da educação e depois da minha intervenção na última reunião de Câmara não demonstrou pelo menos o conhecimento para poder responder áquilo que eu aqui apresentei e, com toda a razão. -----



----- Relativamente aos quatro postos de trabalho eu acho que disse aquilo que tinha que dizer, são quatro postos de trabalho que eu me congratulo que, efetivamente, sejam uma realidade, espero, aliás não o disse na outra vez mas aproveito a ocasião para o dizer agora, espero que pelo menos o concurso seja um concurso isento e não seja já anunciado, como é da praxe quem são as pessoas que, eventualmente, vão ter essa possibilidade. -----

----- Quanto à questão de me dizer que não fui muito correto, ó senhor Vereador a correção não se apregoa pratica-se e eu orgulho-me da minha trajetória de vida desde que me conheço e, portanto, acho que não devo dizer muito mais que isto e julgo que chega perfeitamente. -----

----- Quanto à minha intervenção, a minha intervenção foi uma intervenção honesta e séria e quero dizer-lhe o seguinte, quando o senhor diz que em março de dois mil e cinco o senhor contratou estas pessoas e fez os contratos eu não disse nada disso, eu estou de acordo com isso, isso é uma realidade, está escrito e é conhecido nem eu ia dizer uma coisa que não fosse isso, não era isso que estava em causa, o que estava em causa, e isso é que é o seu embaraço, o seu embaraço relativamente à minha intervenção vem daí, vem daí porque figuram lá dois nomes que estavam exatamente com a corda na garganta para deixar de ser contratados pela escola porque a escola tinha a morte anunciada do rácio que era até então e foi o que nos levou a nós, a nós e até ao Município de Moncorvo, o Aires Ferreira fez a mesma coisa e depois andou para trás, o que o preocupava também eram os postos de trabalho, nós aqui eram dois postos de trabalho que estavam em causa e eram mais dois ou três lugares de rácio que estavam, o Aires Ferreira acho que eram doze, sei que era uma coisa que para Moncorvo era complicado e, portanto, o nosso problema, aliás só fomos e, isto é que o senhor tem que saber, nós só saímos aqui de Freixo, estávamos decididos a não ir assinar o acordo, na noite anterior ao dia da assinatura me ligaram, o homem que liderava a educação no Distrito, me ligou a dizer, senhor Presidente esteja descansado porque o rácio vai-se manter, estava tudo feito para não se manter, estava tudo feito com a morte que era aquilo que ia ser desses postos de trabalho e, só decidimos sair porque nos foi garantido que o rácio seria mantido, portanto, aquela situação que o senhor anda aqui a dizer que foram contratados, a escola ia contratá-los, não ia contratá-los nada, a escola já não os podia contratar mais, já eram três contratos, era o último contrato, o senhor sabe que era o último contrato que eles podiam fazer, eles ou passavam para o quadro ou vinham para a rua e era aquilo que estava anunciado, eles não lhe iam abrir



concurso e, portanto, essas duas pessoas estavam completamente fora não há volta a dar, esta é que é a razão, isto é que é o correto. -----

----- Relativamente a isto eu dou por encerrado, esta é a forma como se passou e foi por aquilo que nós nos batemos e estes dois funcionários que, não vale a pena. Eu não estou a fazer política, quando o senhor fala em política, política tem que a fazer o senhor, o senhor ou o Executivo que está porque terá que lutar pela sobrevivência e eu não tenho esse, pelo menos não tenho essa intenção. -----

----- Portanto, há uma coisa que lhe quero dizer, relativamente às vontades, eu quando digo as vontades, as vontades é do Executivo, toda a gente sabe que o Executivo nunca viu, o Executivo, não são os funcionários, os funcionários eu percebo, eu percebo bem que os funcionários, ninguém quer estar no ensino público e depois lhe dizem se querem ir para a Câmara e toda a gente sabe que não querem ir para as Câmaras. Entendem que estão na função pública e a Câmara não é função pública, não é assim mas é isso que os funcionários entendem. Também há outra questão que é a das promoções e das subidas e às vezes pensam que nas Câmaras as coisas são diferentes mas, têm a sua razão, eu por ai não interfiro, aliás se calhar até lhe dou razão, os funcionários não querem, não queriam sem dúvida nenhuma. -----

----- Há uma coisa que é importante, há funcionários que até antes do acordo assinado já falavam em vir para a Câmara e eu podia-lhe dizer quem é mas não vale a pena, não vale a pena porque eu não sou leva e trás e há outros funcionários que estão nas Câmaras e depois até vão para o privado, às vezes diz-se que a Câmara é para a eternidade e há funcionários que não se dão com o trabalho na Câmara, nem se dão com a forma de trabalhar nas Câmaras e preferem trabalhar mais fora do que estar nas Câmaras e isso é natural, é na função pública é nas Câmaras e tudo isso é assim. -----

----- Quando fala de política, não houve aqui de forma nenhuma qualquer vontade política de dizer assim, agora vamos mandar na escola, não foi nada disso, foi exatamente perceber, tal como o Aires Ferreira percebeu, que estavam em causa vários postos de trabalho e que não havia volta a dar, aquilo estava anunciado, ou assinam ou então quem não assinar o rácio vai baixar para estes valores, estava anunciado, sabíamos quantos operacionais eram, sabíamos quantos é que eram da secretaria, isso está no rácio da escola e não vale a pena agora estar aqui a matar a cabeça por causa disso.

----- Depois, o senhor é perito em desenterrar o passado, eu o passado esqueço com uma facilidade, tenho tanto em que me debruçar sobre o futuro e gosto tanto de me debruçar sobre o futuro que eu esqueço com



grande facilidade o passado e vem aqui o senhor outra vez com a lista da escola como se eu quisesse voltar aqui a contar a cena que o senhor fez, porque o pior problema foi o seu e se, eventualmente, já se esqueceu vai ter que entender que, primeiro não fui eu que fiz a lista, eu não fiz lista nenhuma para a escola, no primeiro contacto com o dito primo que o senhor fala teve comigo eu disse-lhe, Gil não contes comigo porque eu não posso alinhar numa coisa dessas, primeiro porque tenho o Artur Parra que está na Assembleia, é do Partido Socialista e, portanto, não podes contar comigo para isso, resolve como quiseres. -----

----- A seguir, o senhor aí é capaz de não querer confirmar, a seguir vieram as eleições autárquicas e nessas eleições autárquicas o senhor quis tirar-me da Câmara, não sei se se lembra. Em janeiro do ano anterior às autárquicas o senhor almoçou com o senhor José Bento de Ligares em Barca D'Alva em que já lhe anunciava que o senhor era o candidato à Câmara, portanto, a partir daí eu fiquei livre para que pudesse apoiar quem quisesse na escola. -----

----- Mas, há uma coisa que é importante, eu não decidi nada em relação ao meu apoio para a escola enquanto não houve uma reunião de militantes para decidir quem era o candidato do Partido Socialista e foi ali no Auditório Municipal, houve uma reunião em que o senhor foi convocado, em que o senhor devia ter estado, devia ter assumido frontalmente a sua posição de que não estava a favor da minha candidatura e em que o senhor poderia, eventualmente, lançar a sua porque era do normal democrático, as pessoas podem até ter aspirações a tudo, o senhor poderia ter sido um Presidente de Câmara como fui eu ou como é aqui a senhora Presidente, é preciso é que tenha imagem, tenha apoio e era aí que o senhor podia ter lançado a sua candidatura, era ali que estavam os militantes do Partido Socialista, era ali que estavam convocados para que isso acontecesse e, portanto, o senhor teria todo o à vontade para o fazer, não o fez, decidiu ir por trás, porque de facto não apareceu, como estava a fazer nas minhas costas com o Presidente da Junta de então em Ligares e, portanto, eu fiquei livre, liberto daquela posição de poder apoiar fosse quem fosse e a partir daí sim senhor assumo e assumi que iria apoiar a lista que o Gil Jorge fez para a escola, ganhou, já perdeu muitas vezes, o senhor já ganhou já perdeu, eu já ganhei já perdi, poderei voltar a ganhar, poderei voltar a perder, isso é o jogo democrático e é a política, a política trouxe-nos essa vantagem, é que hoje em dia as pessoas não ocupam os lugares pelas heranças e por aquilo que, eventualmente, vão herdando dos paizinhos não, têm que demonstrar que trabalham, que têm capacidade, que têm valor e



que têm apoio e que, eventualmente, depois são sufragados pelo Povo, aconteceu agora na América, quando ninguém esperava os Americanos escolheram aquilo escolheram é aquele que tem que ser, vai ser, os Freixenistas escolheram aqui a senhora Presidente agora na última eleição, viu que eu não respeitasse essa decisão, estou aqui, cá estive e cá continuarei se, eventualmente, não tiver outras coisas para fazer na minha vida, vamos ver. -----

----- De maneira que, senhor Artur Parra relativamente a essa questão da lista veja se lhe passa porque já vi que ainda não lhe passou mas as coisas foram assim. -----

----- Depois falou nos jardim-de-infância, eu quis mudar o jardim-de-infância, eu tinha uma visão para o jardim-de-infância da Misericórdia e para o Pré-escolar porque acho que o público e o privado, eu fui aquele que gostava de ter resolvido o ensino pré-escolar da Misericórdia e o público, juntávamos uma coisa e juntávamos a outra, a Misericórdia ficaria com uma coisa e a escola poderia ficar com outra o que eu achava era que, a escola primária sim senhor, o edifício do Pré-escolar podia ser o ATL que, eventualmente, estava ali mais em contacto e o Pré-escolar podia ser na Misericórdia, se era público ou privado entendíamo-nos com toda a perfeição, não ia haver problema nenhum, a minha vontade era que os miúdos ganhassem e eu julgo que todos ganhavam porque eram poucos na pré-primária e eram mais na Santa Casa, na altura era doze na pré-primária e eram vinte e dois na Santa Casa. -----

----- Aquilo que eu pretendia era uma reorganização do Pré-escolar e ATL de forma a que os edifícios, porque tínhamos um Pré-primário que não estava adequado às crianças e depois tivemos que o adequar e aproveito já para lhe responder que quando o senhor diz que fez baloiços eu em primeiro lugar tive que arranjar as instalações do Pré-primário dentro.

----- Nós herdámos um Pré-primário público, uma coisa que não tinha tom nem som, estava completamente inadequado para aquelas crianças ali continuarem e nós reformulámos aquilo que foi possível fazer em relação ao Pré-primário com dificuldades financeiras, porque para aquilo não havia nenhum fundo comunitário para poder fazer essa situação e, sinceramente sempre tive a ideia de que se a Misericórdia tem instalações, tem as coisas adequadas, tudo adequado para poder pôr o Pré-primário e aquela escola que está ali que é pública tem as condições para poder ter lá os meninos do ATL, porque é que não havemos de dar sossego a esta situação toda, porque é que não havemos de resolver a situação e só não o fiz porque sempre tive o obstáculo forte do Executivo da escola, isso sem dúvida. -----



----- Não se fez, não se conseguiu, agora uma coisa que fique bem clara, essa junção tinha que ver com benefício para as crianças, para os que saiam da escola e iam para o ATL e iam ter ali outras condições e para os pequeninos que não tinham condições no Pré-primário e iam ter condições excelentes na Misericórdia e sem haver aqui a intenção do público e do privado de beneficiar o privado não! Não era nada disso. -----

----- Agora há uma coisa que lhe quero dizer e para finalizar quero dizer-lhe que relativamente à questão da Pré-primária de Poiares e de Lagoaça, quando o senhor diz que em Poiares só já havia uma criança, uma criança já havia há vários anos, nós tivemos cá uma criança e mantivemos o jardim em funcionamento, porque entendíamos que o jardim em Poiares, depois de lhe tirarem a escola, era de facto a única coisa que Poiares iria manter e depois havia também o problema dos funcionários de Poiares que também lhe quisemos ser agradáveis porque de facto era a forma de poder manter essa situação. -----

----- O senhor falou de Poiares mas não falou de Lagoaça, Lagoaça não tinha um, Lagoaça tinha muitos, Lagoaça tinha muitos e eu fui aquele que fui lá, fui lá numa altura em que fecharam a escola fui lá dar a cara pela população, fui lá dar a cara pela população contra o Ministério da Educação na questão do fecho da escola, estivemos sempre contra o fecho das escolas no Concelho e depois fui sempre contra de tirar o jardim-de-infância de Lagoaça, sempre, nunca verguei a todas as tentativas, que foram muitas, vieram aqui senhores da Educação aqui à Câmara várias vezes, com a intenção de fechar o Jardim de Lagoaça e de Poiares e eu nunca fui nessa conversa. -----

----- Portanto, os senhores por mais que não queiram foi quem fechou, foi no vosso tempo e o vosso tempo é vosso não é nosso e o jardim fechou no vosso tempo não foi no nosso, portanto é importante que isso fique bem claro, nós sempre fomos a favor de manter o Jardim-de-infância de Poiares e Lagoaça e fizemo-lo sempre até à última tentativa de fecho por parte do Ministério da Educação”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara que referiu: “Sobre a intervenção do senhor Vereador José Santos, respeito a sua opinião, posso é não concordar com dois ou três pontos, nomeadamente sobre o seguinte assunto: O senhor chamou aqui à atenção, dizendo que eu refugio-me no passado mas o senhor Vereador também falou aqui da altura em que o senhor foi candidato à Câmara Municipal de Freixo e uma reunião que houve no Auditório em que eu não estive



presente etc., enfim, eu penso que esse assunto deve ser porventura explorado numa reunião de políticos e não aqui. Nós estamos a discutir um assunto escolar, um assunto de escola, acho que não ficou bem mas, respeito a sua opinião, não concordo com ela. -----

----- Em relação ao jardim-de-infância de Lagoaça e de Poiares de facto acredite que no último ano em que estes dois jardins estiveram abertos havia respetivamente uma criança e duas, uma em Poiares e duas em Lagoaça, portanto, os Pais dessas crianças foram os primeiros a dizer que os seus filhos estavam isolados, portanto, era melhor coloca-los no jardim-de-infância de Freixo. -----

----- Em relação, já agora, ao jardim-de-infância de Freixo que herdou, que disse que não tinha condições, a culpa não é sua, foi do anterior Presidente que fez um edifício novo, é evidente que eu ainda hoje não compreendo porque é que não funcionava o aquecimento, porque é que não tinha baloiços, porque é que não tinha brinquedos para as crianças se divertirem, porque ao fim e ao cabo o dia-a-dia das crianças do jardim é a diversão. Portanto, quanto melhores condições tivesse no espaço externo melhor. -----

----- Em relação ao encerramento das escolas do primeiro ciclo o senhor Vereador José Santos bem como o senhor Vereador Pedro Mora lembram-se perfeitamente que eu acompanhei-os sempre a todas as Aldeias. Nós os três fizemos esse percurso. Custou-nos bastante convencer as populações e na altura havia escolas com onze e doze alunos mas conseguimos que elas viessem todas aqui para o Pólo da Vila, portanto, mais cedo ou mais tarde os jardins também estariam condenados, agora foi uma situação que se arrastou, a meu ver, um bocado penosa para os alunos e o senhor José Santos afirmou aqui e eu concordo consigo em querer sempre o bem para as crianças, eu também o quero e, permitir que nas Aldeias houvesse um aluno e dois acho que não estamos de acordo. Eu não estou de acordo com essa situação porque estamos a limitar em demasia a vivência das crianças, isolá-las e todos eles lucraram com a vinda para cá. -----

----- Eram mais crianças, todavia hoje em dia eu tenho que fazer aqui um lamento profundo. O jardim-de-infância do Agrupamento é visto com mau olhar e é aquele que tem menos crianças. Há aqui um movimento qualquer em Freixo que permite que as crianças vão mais para o ATL da Misericórdia e para o Centro Paroquial, se calhar todos nós sabemos os porquês, temos medo é de os confessar. -----

----- Agora, que eu defendo o ensino público, senhor Vereador José Santos não tenha dúvidas, eu nunca na minha vida concordaria em fazer



uma junção do particular com o público se não era dar cabo do público e o público é o ensino onde nós todos estudámos, onde nós todos nos formámos e, portanto, não vamos agora por uma questão política encerrar uma instituição que é o jardim-de-infância público a favor do privado. Tenho que respeitar o privado, como todos nós, até porque o privado também gere economia, gere riqueza, etc., mas nós temos obrigação, até porque somos funcionários públicos de defender o público, todos nós. -----

----- Claro que o senhor José Santos enquanto empresário é privado defende a sua empresa e acho muito bem que o faça, agora enquanto esteve aqui na Câmara a liderar um Executivo Camarário acho que tinha a obrigação de defender sempre o público, Eu respeito e hei-de defender sempre até que possa e nesta matéria de ensino eu como fiz parte do Executivo do Agrupamento de Escolas é evidente que lutávamos sempre para que o nosso jardim tivesse as mesmas condições que tinham os outros vizinhos, a nossa luta foi essa.” -----

----- Solicitou de seguida a palavra o Vereador senhor José Santos que referiu: “Relativamente à questão do jardim e às condições do jardim, eu percebo que o meu antecessor fez a escola, não ficou bem, agora, o que a mim me admira é que na altura o senhor Vereador já fazia parte do Executivo da escola e nessa altura quando a Pré-primária foi construída o projeto da escola não foi sufragado nem foi pelo menos apreciado pelo Agrupamento? -----

----- Em relação a isso as culpas têm que ser sempre repartidas porque no fundo nunca se faz um projeto de uma escola que não tenha que ser apreciado, que foi o caso da escola Adães Bermudes do passeio que teve que ir ao Ministério da Educação e, não foi fácil na altura, aquela ampliação puseram todos os entraves pela ampliação e nós batemo-nos sempre pela ampliação porque de facto aquele espaço era excelente em termos de localização e, portanto, batemo-nos sempre por isso. -----

----- O Ministério da Educação chegou a pensar em pôr os meninos todos na escola EB 23 e nós sempre nos batemos, aliás, na altura, valeu-nos a vontade política, portanto, acho que devemos isso também à política e com todos os problemas, porque não podia ter oito salas, só podia ter sete, arranjaram-se ali sempre graves problemas e conseguiu-se, e conseguiu-se também a parte do recreio que também era importante e tinha que existir, também se conseguiu também se resolveu. -----

----- Agora, há uma coisa que lhe quero dizer, é que relativamente àquela questão política de que falou, de que a política é para a política, com



certeza que sim mas, há uma coisa que é importante, a política é para a política mas, eu percebo e vi de facto que a sua posição em relação a essa situação o deixou assim um bocadinho embaraçado mas olhe que essa situação em que o apoio político era importante e que eu ficando sem o apoio político tive que decidir e com toda a liberdade, porque não sei porque é que eu haveria de decidir pelo vosso Executivo, eu era Presidente de Câmara, tinha um voto, havia aqui mais quatro Vereadores que votaram e que decidiram e na altura a parte política foi importante para a questão porque era a única situação que me levava a não decidir por aquele que era meu familiar era a parte política e deixando de existir a parte política acho que era perfeitamente natural, há um ditado que diz esmola Mateus primeiro aos teus e, portanto, acho que não é nada de admirador. -----
----- Senhor Vereador, acho que isso já passou, o senhor hoje está no poder, o seu passado é o seu passado, o seu presente hoje é de glória, deixe caminhar o futuro.” -----

ORDEM DO DIA

----- **RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** - A Câmara Municipal tomou conhecimento da existência de fundos através do resumo diário de tesouraria do dia catorze do mês de novembro do ano dois mil e dezasseis que acusa o saldo disponível de: -----

Dotações Orçamentais – Duzentos e oitenta mil, cento e trinta e nove euros e oito cêntimos. -----

Dotações não Orçamentais – Cento e vinte mil, cento e cinquenta euros e cinquenta e dois cêntimos. -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA:** - Deliberado por unanimidade, aprovar a ata da reunião ordinária realizada no dia trinta e um de outubro do ano de dois mil e dezasseis, dispensando-se a sua leitura em virtude de as mesmas terem sido distribuídas previamente a todos os membros do Executivo. -----



01 – COMPETÊNCIA EXCECIONAL – DECISÕES

----- Despacho datado do dia sete de novembro do presente ano que aprovou a décima quarta alteração ao Orçamento da Despesa para o ano de dois mil e dezasseis. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com as abstenções dos Vereadores senhores José Manuel Caldeira Santos e Pedro Miguel de Sá Mora, ratificar o despacho em apreço. -----

----- Despacho datado do dia sete de novembro do presente ano que aprovou a décima primeira alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano de dois mil e dezasseis. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com as abstenções dos Vereadores senhores José Manuel Caldeira Santos e Pedro Miguel de Sá Mora, ratificar o despacho em apreço. -----

----- Despacho datado do dia sete de novembro do presente ano que aprovou a nona alteração ao Plano de Atividades Municipais para o ano de dois mil e dezasseis. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com as abstenções dos Vereadores senhores José Manuel Caldeira Santos e Pedro Miguel de Sá Mora, ratificar o despacho em apreço. -----

03 – OBRAS PARTICULARES

PARA DELIBERAÇÃO FINAL

----- De LUÍS FILIPE QUINTAS GARCIA, para aprovação dos projetos de especialidades do processo de obras n.º 21/2016 e cujo projeto



de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara realizada no dia 04/10/2016. -----

----- Atenta a informação número trezentos barra dois mil e dezasseis, datada do dia trinta e um de outubro do presente ano, da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir a pretensão em causa e notificar o requerente que deverá requerer, no prazo de um ano a contar da data de notificação do ato de licenciamento ou autorização a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos legalmente exigíveis nos termos da Portaria número duzentos e dezasseis traço E barra dois mil e oito de três de março. -----

07 – EXPEDIENTE DIVERSO

----- **ASSOCIAÇÃO DE CAÇA E PESCA DE LAGOAÇA – PEDIDO DE APOIO:** Pela senhora Presidente da Câmara foi presente uma missiva subscrita pelo Presidente da Associação de Caça e Pesca de Lagoaça solicitando apoio para repor as placas cinegéticas que arderam nos incêndios ocorridos na área de caça de Lagoaça no Verão passado. -----
----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade conceder um subsídio no montante pecuniário de mil euros. -----

08 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

----- **ADITAMENTO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA – PROPOSTA:** Pela senhora Presidente da Câmara foi presente uma proposta de aditamento ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no Município de Freixo de Espada à Cinta e que aqui se dá por transcrito ficando um exemplar do mesmo arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----
----- Depois de devidamente analisado a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com as abstenções dos Vereadores senhores José Manuel Caldeira Santos e Pedro Miguel de Sá Mora aprovar a proposta de



aditamento em apreço mais deliberando ainda submete-la à discussão e votação da Digníssima Assembleia Municipal. -----

----- **ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL – PROPOSTA:**
Pela senhora Presidente da Câmara foi presente uma proposta de alteração ao quadro de pessoal e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----
----- Depois de devidamente analisada a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta em apreço mais deliberando ainda submete-la à discussão e votação da Digníssima Assembleia Municipal. ----

----- **ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS – ENQUADRAMENTO LEGAL DL N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO E ULTERIORES ALTERAÇÕES – PROPOSTA:** Pela senhora Presidente da Câmara foi presente uma proposta de alteração do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----
----- Depois de devidamente analisada a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com as abstenções dos Vereadores senhores José Manuel Caldeira Santos e Pedro Miguel de Sá Mora aprovar a proposta de alteração em apreço mais deliberando ainda submete-la à discussão e votação da Digníssima Assembleia Municipal. -----

----- **CRIAÇÃO DE SUBUNIDADES ORGÂNICAS – DESPACHO – TOMADA DE CONHECIMENTO:** Pela senhora Presidente da Câmara foi presente um despacho que a seguir se transcreve. -----

DESPACHO

Considerando que a Assembleia Municipal, no uso da competência que lhe confere o art.º 6º do decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sessão ordinária realizada em 28/02/2011, aprovou o modelo de Estrutura Orgânica do Município;



Considerando que a referida deliberação se traduziu em definir uma estrutura hierarquizada flexível, constituída por duas unidades orgânicas flexíveis e cinco subunidades orgânicas:

1 - Na dependência da Unidade Orgânica Flexível de 2º Grau Administrativa, Financeira e Social, duas subunidades orgânicas, com o nível de secção, lideradas por Coordenadores Técnicos, que prestarão funções de natureza executiva em vista da concretização das competências que estão atribuídas à referida Unidade Orgânica Flexível nos termos do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais aprovado, assim denominadas:

1.1 - Secção de Recursos Humanos;

1.2 - Secção de Atendimento - Balcão Único.

2 - Na dependência da Unidade Orgânica Flexível de 2º grau, Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação, uma subunidade orgânica, com o nível de secção, liderada por um Coordenador Técnico, que prestará funções de natureza executiva em vista da concretização das competências que estão atribuídas à referida Unidade Orgânica Flexível nos termos do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais aprovado, denominada de Secção de Obras, Urbanismo e Habitação.

3 - Determino ainda a revogação do despacho do Presidente da Câmara datado de 1 de março de 2011.

4 - Para cumprimento do n.º 6 do art.º 10 do decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, publique-se o presente despacho e edite-se no site da autarquia.

Freixo de Espada à Cinta, 9 de novembro de 2016.

A Presidente da Câmara Municipal
(Maria do Céu Quintas)



----- A Câmara Municipal tomou do conhecimento do despacho em apreço. -----

----- **CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA ÁGUAS DO INTERIOR – NORTE, EM, SA – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO:** Pela senhora Presidente da Câmara foi presente um proposta de deliberação de Constituição da Empresa Águas do Interior-Norte, EM, SA., e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o Vereador senhor José Santos que referiu: “Este agrupamento destina-se único e exclusivamente à distribuição em baixa, portanto, isto é aquela continuação da tentativa que já se teve em que não foi por diante porque os custos eram grandes demais para que os Municípios pudessem suportar ou até entender o aumento que iria ser uma realidade na água em baixa, esta é a primeira dúvida e a senhora Presidente já respondeu que sim senhor que é de facto. -----

----- Depois esta questão da água em baixa vai arrastar as Freguesias que não estão no sistema, também vem Fornos, Lagoaça, Mazouco, todas essas Freguesias que estão fora do abastecimento das águas por parte das Águas de Trás-os-Montes e que pertenciam à Câmara vão ficar também em conjunto, certo? -----

----- O estudo que a senhora Presidente trouxe aqui há algum tempo e que era apenas um estudo já está feito, esse estudo já foi elaborado? A senhora Presidente trouxe aqui uma autorização para se elaborar um estudo que nós votámos contra e a senhora Presidente diz que esse estudo já está feito, já é conhecido, é conhecido da senhora Presidente, nós não conhecemos esse estudo. Foi mandado elaborar um estudo, o que era expectável é que a senhora Presidente quando recebeu o resultado desse estudo tivesse trazido à Câmara para nós ficarmos a saber o que é que consta desse estudo porque não sabemos. -----

----- Hoje estamos aqui perante uma realidade que é votar esta proposta de deliberação, é para votar não é para conhecimento. Como é que nós os dois da oposição podemos votar uma coisa sem conhecer os trâmites desse estudo, como é que nós podemos assumir perante a população, nós e os senhores, perante a população, a adesão mediante esta proposta ao subsistema em baixa para a distribuição da água no Concelho, como é que nós podemos decidir uma coisa destas que é tão importante, que é de



extrema importância para a vida das populações, não só para os que já estão no sistema como também para aqueles que estão fora do sistema que são Fornos, Lagoaça, Mazouco e Poiães e como é que a senhora Presidente quer fazer aprovar uma coisa destas sem passar por todos esses trâmites. -----

----- Acho que o estudo que existiu era de ter sido posto ao conhecimento da população, é que isto é muito grave, quando a senhora Presidente se ri, acho que a senhora costuma resolver os problemas com um bocadinho de sorriso, às vezes há coisas que se resolvem e há outras coisas que não se resolvem. -----

----- Sabe que eu por acaso orgulho-me de não ter participado na votação que levou a que o Município de Freixo tivesse transferido para as Águas de Trás-os-Montes o sistema da alta, eu não estive nisso, estou orgulhoso de não ter estado lá e na altura fez-se exatamente como a senhora está a querer fazer e passado algum tempo vimos que as coisas não deviam ter sido feitas dessa forma, porque há Concelhos e Concelhos, havia Concelhos que tinham problemas de água, houve Concelhos que ficaram com o problema da água resolvido e outros que ficaram com a carga da resolução para que esses Concelhos tivessem água. -----

----- Por exemplo, Moncorvo não tinha água, ficou com o problema resolvido, Freixo tinha água, não precisava de nada para o abastecimento da água, ficou com a carga de pertencer às Águas de Trás-os-Montes que levou a que o Município suportasse aqui durante vários anos uma carga de custo de água que não precisava de suportar bastava apenas e só manter o sistema como estava, que vários Municípios o mantiveram e que mantiveram nesses Municípios a empresa que estava em Freixo que era a AGS que cobrava muito menos do que aquilo que, eventualmente, o Município veio depois a suportar em relação ao tratamento da água. -----

----- De maneira que, eu não estou, senhora Presidente desculpe, eu não estou em condições de poder assumir esta responsabilidade de votar esta proposta favoravelmente sem se saber quais são as consequências da adesão em baixa ao sistema porque não sabemos o que é que o estudo veio a dizer, precisamos de conhecer o estudo em primeiro lugar, precisamos de analisar, precisamos também de algum compromisso porque todas as negociações que houve, pelo menos no meu tempo em que tivemos o sistema de baixa na mesa tiveram sempre os números no estudo, havia sempre números no estudo e os números na altura apontavam para quase três euros o metro cúbico de água e isso era conhecido e foi sempre dito, foi transmitido na Câmara, foi transmitido na Assembleia Municipal,



pusemos as pessoas ao corrente do motivo pelo qual não estávamos de acordo e que nunca estaríamos se isso fosse e, portanto, a senhora Presidente tem que hoje trazer aqui pelo menos um compromisso com a Câmara e com os elementos que a compõem de que de facto o preço da água, depois de aderirmos a este sistema, o preço da água vai ser pelo menos X, é isso que nós temos que saber mas, temos que conhecer o estudo.” -----

----- Usou de seguida da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: “Antes de mais o que foi mal feito na altura da entrega da alta, foi mal feito e não dá para andar para trás, eu também nunca concordei com isso mas, hoje da maneira que as coisas estão há regras, a ERSAR impõe, não são os Municípios que querem isto ou aquilo, a ERSAR impõe. -----

----- Em relação às Freguesias a Câmara é a entidade gestora, toda a gente sabe isso mas eles se quiserem ser entidade gestora as coisas têm que passar para eles a Câmara tem que delegar nas Freguesias essa gestão e para isso as Freguesias vão ter que ter Técnicos para tratar a água, vão ter que ter tudo e mais alguma coisa, coisa que a Câmara tem e eles não têm. –

----- As coisas da maneira que estão hoje não podem continuar, porque não nos vão permitir que elas continuem assim. A ERSAR a toda a hora está a pedir justificações para tudo e mais alguma coisa, isto não se chegou aqui porque as Câmaras querem entregar a rede em baixa, isto já vem de há muito tempo. -----

----- Também lhe digo que em dois mil e treze vocês só pararam as negociações com as Águas de Trás-os-Montes porque vieram as eleições, porque estava tudo preparado para se lhe entregar a água em baixa, eu lembro-me perfeitamente que numa reunião de Câmara o senhor trouxe o estudo e falou, claro com a tentativa de que eu e o outro Vereador acabássemos por estar do vosso lado também, e ia ser entregue porque há lá gente que já estava antes e que tinham conhecimento disso mas, ainda bem que não foi entregue. -----

----- Agora, isto é uma obrigação e, as Câmaras ou se juntam e fazem o Agrupamento ou vão ter que entregar porque não vai haver financiamentos daqui para a frente para nada daquilo que seja preciso fazer na rede. -----

----- A própria ERSAR ajudou a fazer o estudo em Vila Real, forneceu elementos tudo isso, agora o estudo aponta, este que foi feito, para vinte e três euros os dez metros cúbicos, o das Águas era de vinte e sete euros. -----



----- Solicitou de seguida a palavra o Vereador senhor José Santos que referiu: “Que fique em ata que a senhora Presidente está a dizer que este estudo que a senhora Presidente quer fazer aprovar hoje aponta para dois euros e trinta o metro cúbico de água. -----

----- Relativamente à situação de que fala de que eu andei a tentar influenciá-los, há uma coisa que lhe digo, desde há muito tempo que a ERSAR, que as Águas de Trás-os-Montes, que tudo se tem encaminhado para que a baixa seja passada para uma entidade pública, ou para uma empresa, seja como for, na altura eram as Águas em Baixa mas, nunca houve concordância por parte dos Municípios de pagar dois euros e trinta ou dois euros e setenta aliás, abandonámos uma reunião, deixamos o acionista maioritário que eram as Águas, deixámo-lo sozinho e saímos todos, os Presidentes de Câmara saíram todos de uma reunião em Vila Real porque não concordámos com isso, ninguém podia assumir uma coisa dessas e, aliás há uma coisa que é importante há Municípios a cobrar isto, Vila Real cobra isto, já sabemos isso, agora o que nós não podemos é concordar que só porque a ERSAR diz, só porque a ERSAR obriga e que depois quem quiser ficar tem que ficar autónomo, quer dizer as Freguesias têm que ficar autónomas, não, as Freguesias dependem da Câmara e a Câmara é que tem que assumir essa responsabilidade. Não esteja a querer passar essa mensagem de que as Freguesias vão ter que assumir e vão ter que ter Técnicos, não tem nada, é a Câmara que tem, a Câmara é que tem que ter essa situação e cabe à Câmara arranjar as soluções para que as coisas funcionem e não me levará de forma nenhuma, a mim não me leva, os Freixenistas também de certeza que não concordam em pagar dois euros e trinta por metro cúbico de água e os das Aldeias que estão fora do sistema muito menos porque têm captações de água e, se calhar melhor água do que se for as Águas a leva-la da Barragem para lá, eu sempre assumi isso, sempre assumi e sempre achei que a água que era explorada na Ferradosa que era muito melhor do que aquela que se tira na Barragem, isso é ponto assente. -----

----- Com pouco tratamento a água dos furos era posta em Freixo e em termos de gosto era muito melhor do que a que estamos a beber mas, o problema não é esse, o problema são os dois euros e trinta e é nisso que a senhora Presidente se deve bater para que isso não aconteça, porque se acontecer vai ser complicado.” -----



----- Usou de seguida da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: “Então o senhor acha que os Presidentes de Câmara que estão a tratar do assunto e que estão todos juntos, se tivessem outra possibilidade não o fariam.” -----

----- Solicitou de seguida a palavra o Vereador senhor José Santos que referiu: “A única solução que sempre defendi e que sempre votei a favor e que o Governo devia fazer aquilo que estava num compromisso, que era o compromisso do Governo Sócrates, era que as águas fossem todas uniformizadas, desde o Sul até ao Norte, do Litoral ao Interior, a água fosse paga por toda a gente igual e que os sistemas fossem todas das Águas de Portugal e que as captações fossem feitas fosse como fosse e a partir daí a água ia baixar porque não é justo que nós estejamos aqui a pagar dois euros e trinta por metro cúbico e agora diga-me lá quanto é que pagam no Litoral.” -----

----- Usou de seguida da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: “Isso que o senhor está a dizer eu disse outro dia ao senhor Secretário de Estado que era isso que deviam fazer que era pôr um preço uniforme para o País todo mas ninguém o faz.” -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade retirar este ponto da agenda, sendo discutido e votado na próxima reunião, após ser enviado o estudo a todos os senhores Vereadores para análise. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA:** Nos termos do número três do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco – A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, e para efeitos do disposto no artigo noventa e um do mesmo normativo legal, foi deliberado por unanimidade, aprovar em minuta os textos das presentes deliberações.

----- **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a tratar, pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, eram doze horas da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada.-----



----- E eu, Victor Manuel Glórias Rentes, Assistente Técnico do Município a subscrevo e também assino. -----

A Presidente da Câmara

O Assistente Técnico